

## Resenha

**COLLIN, McGinn**, *The Making of a Philosopher: My Journey through Twentieth-Century Philosophy*. New York: Harper Collins, 2002. 241 páginas.

**Claudio F. Costa\***

Uma maneira particularmente agradável de se aprender um pouco de filosofia é lendo uma boa autobiografia intelectual, onde um filósofo expõe de maneira clara e fluida idéias junto às circunstâncias de seu aprendizado ou desenvolvimento. A clara, vívida e humana autobiografia intelectual de Collin McGinn é um exemplo disso. Como diz no Prefácio, ele pretendia escrever uma introdução à filosofia contemporânea e acabou por concluir que a melhor maneira de fazê-lo seria relatar o seu próprio percurso intelectual.

McGinn nasceu em 1950 em uma pequena cidade no nordeste na Inglaterra, de uma família de mineiros que nunca haviam cursado uma universidade. Na adolescência, fascinado por argumentos filosóficos como a prova ontológica da existência de Deus e o argumento da ilusão, decidiu estudar, acabando por graduar-se em psicologia e, com um pouco de sorte, por doutorar-se em filosofia da linguagem na Universidade de Oxford. Ele trabalhou como professor em Londres e Oxford, acabando por se transferir para os Estados Unidos, que com razão considera ter desde a década de 70 ultrapassado a Inglaterra como centro do pensamento filosófico. A maior parte de seu livro consiste na história de suas influências intelectuais, que começam com Sartre e Chomsky, passando por Russell, Quine, Kripke, Davidson, Putnam, Grice e Wittgenstein, para citar uns poucos, bem como de suas reações a essas influências e de suas incursões em diversos domínios da filosofia e em literatura.

---

\* Professor do Departamento de Filosofia, UFRN.

A idéia mais influente de McGinn foi a do *fechamento cognitivo*: os problemas filosóficos centrais são tão difíceis que se encontram muito além da capacidade cognitiva do ser humano. Estamos para esses problemas como Chipanzés para a teoria da relatividade, razão pela qual nunca seremos capazes de resolvê-los... (ver p. 206 ss.). Não concordo com isso, pois penso que McGinn se esquece que quem é em princípio incapaz de resolver um problema é geralmente incapaz de formulá-lo para si mesmo. Chipanzés são incapazes de desenvolver a teoria da relatividade, mas também não são capazes de se perguntar, como Einstein, o que lhes ocorreria se viajassem à velocidade da luz. Por isso defender que somos todos e para todo o sempre incapazes de resolver os problemas filosóficos recende a autocomplacência.

Embora concorde pouco com as idéias de McGinn, acho que elas são imaginativas e estimulantes, e que ele tem a habilidade de conduzi-las – certas ou erradas – até as últimas conseqüências. No que se segue quero fazer algumas breves observações críticas sobre algumas coisas que ele diz.

1. McGinn conta que lendo *Animal Liberation* de Peter Singer, que argumenta que causamos mais mal do que bem aos animais ao nos alimentarmos deles, tornou-se por alguns anos vegetariano (p. 53). Creio que não havia necessidade disso, pois não parece que estamos inflingindo nenhum mal a maioria dos animais ao matá-los de forma rápida e indolor. Faríamos isso se destruíssemos algo como uma vida humana, enleada em um tear social, cuja mente é autoconsciente e vive em grande parte no futuro, em planos e intenções cuja possibilidade de realização precisa ser assegurada. Mas a maioria dos animais vive somente em seu presente e futuro imediato, sendo inconscientes de si mesmos e das circunstâncias que determinam as suas existências e as dos demais. Logo, destruir a vida de um animal para a alimentação sem causar-lhe sofrimento produz mais bem do que mal, pois causa um bem para nós e praticamente nenhum mal para os animais.

2. Outra dificuldade que tenho é com a defesa que McGinn faz da teoria da verdade como redundância (pp. 92-3). Dizer que uma proposição é verdadeira, pensa ele, é simplesmente fazer um enunciado sobre o mundo e nada mais: se digo que a sua crença de que fumo causa câncer é verdadeira, estou apenas concordando com você que fumo causa câncer. Contudo, isso deixa de ser convincente logo que nos lembramos que proferir um enunciado é dizer algo com pretensão de verdade, ou seja, com a pretensão de que o conteúdo corresponda aos fatos e que seja além do mais coerente com nossas outras convicções e crenças. Com isso retornamos ao problema da verdade como correspondência e como coerência. A teoria da redundância apenas esconde o problema da verdade debaixo do tapete do enunciado.

3. McGinn faz uma generalização da teoria de Saul Kripke dos denominadores rígidos. É uma necessidade *de re* que o nome 'Collin McGinn' se refira a certa pessoa x. Mas se é assim, é também uma necessidade *de re* que essa pessoa x seja filho de Joe e June, senão não seria x. E assim também com os avós até o último australopiteco e mais... (pp. 98-99) Muito bem, mas a minha suspeita é a de que com isso já estamos descendo por um argumento do tipo ladeira escorregadia (*slippery-slope*), capaz de "provar" que todo nosso conhecimento de objetos empíricos é necessário. Mas isso não é uma redução ao absurdo da já pouco convincente teoria de Kripke? Leibniz supôs que Deus conhecesse tudo em termos de necessidade. Uma teoria que implica que nós mesmos tenhamos essa espécie de conhecimento parece especulativamente temerária.

4. McGinn aceita a idéia de David Lewis, de que os mundos possíveis são tão reais quanto os atuais (p. 100). Ora, é um fato que em nossa infância pensávamos que os mundos imaginários, nos quais em parte vivíamos, eram também reais. Aos poucos aprendemos uma regra epistêmica básica que qualquer adulto domina, segundo a qual *os mundos imaginários não possuem realidade*. Mas sendo assim, que sentido há em aconselhar uma

regressão a um estágio infantil de entendimento do mundo que há muito foi superado? Qual a vantagem de se rejeitar essa regra epistêmica básica sem se ter encontrado fortes razões para tal, a não ser a de produzir um certo *frisson* intelectual gratuito?

5. Ainda um ponto sobre o qual quero manifestar discordância é com o externalismo semântico matizado que McGinn professa sob influência de Kripke, Donellan, Kaplan e Putnam. O externalismo se opõe à posição de filósofos como Frege e Wittgenstein, para os quais o significado de um nome próprio é constituído de um feixe de descrições definidas; essas descrições exprimem o sentido (*i.e.*, os critérios de identificação) e fixam a referência. Assim, o significado do nome ‘Aristóteles’ pode ser constituído por descrições como “o maior filósofo grego além de Platão”, “o filósofo grego autor da *Metafísica*”, etc.

Suponha, escreve McGinn, que eu estipulo chamar de ‘Herbert’ à pessoa que roubou meu relógio (p. 132). Mas eu mesmo perdi meu relógio e Herbert não existe. Não parece que o nome ‘Herbert’ tenha sentido. Por quê? Ora, porque ele não tem referência. Portanto, a referência faz parte do significado, e se penso que Marilyn Monroe foi uma grande atriz, a própria Marilyn de carne e osso faz parte de minha proposição... Concordo com McGinn que ‘Herbert’ não possui um significado sólido. Mas não é pela falta de uma referência e sim pela insuficiente vinculação com uma prática lingüística. ‘Telêmaco’ tem um significado sólido, mas não precisa para isso ter referência. Basta o fato de estar bem vinculado ao conto homérico por meio de descrições.

Defendendo um certo grau de externalismo semântico, McGinn faz uma apresentação simplificada do famoso argumento introduzido por Hilary Putnam para demonstrar que “o significado não está na cabeça” (p. 166 ss). Eu e meu *Doppelgänger* na Terra Gêmea, escreve McGinn, chamamos de água ao mesmo líquido inodoro e transparente. O que ocorre em nossos cérebros é exatamente *idêntico* quando dizemos “Isso é água”. Mas a referência é muito diferente: o que eles lá na Terra Gêmea chamam

de água não é H<sub>2</sub>O, mas XYZ; não mata a sede; não ferve a 100 graus, etc. Assim, embora os estados cerebrais ou psicológicos sejam os mesmos, referimo-nos a coisas diferentes; logo o que queremos dizer, o significado, é também diferente, donde devemos concluir que o significado não está só na cabeça, mas é ao menos em parte determinado pelo *contexto*, uma conclusão que pode ser estendida também aos pensamentos...

Quero notar que assim apresentada essa experiência em pensamento demonstra-se incoerente. Se eu e meu *Doppelgänger* na Terra Gêmea, quando pensamos “Isso é água” referimo-nos, significamos e mesmo pensamos coisas diferentes, então parece claro que nossos estados cerebrais precisam ser também diferentes (o significado da palavra ‘água’ pode ser definido, à semelhança dos nomes próprios, também em termos descritivos como “um líquido transparente e inodoro”, “um líquido de constituição química H<sub>2</sub>O”, etc.). Sugerir o contrário é assumir algo que precisa ser provado. (O argumento original de Putnam é, porém, bem mais sofisticado e difícil de ser refutado).